



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

**Registro: 2022.0000094995**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus Criminal nº 2261333-03.2021.8.26.0000, da Comarca de Bauru, em que são impetrantes AMAURY TEIXEIRA e CLEIDE CAMILO TEIXEIRA e Paciente TIAGO ABDIAS GUIMARÃES, é impetrado JUÍZO DA VARA DAS EXECUÇÕES DE BAURU.

**ACORDAM**, em 3ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Denegaram a ordem. V. U. Sustentou oralmente o Ilmo. Defensor, Dr. AMAURY TEIXEIRA e usou a palavra o Exmo. Procurador de Justiça, Dr. NORBERTO JOIA", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores LUIZ ANTONIO CARDOSO (Presidente) E TOLOZA NETO.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2022.

**CESAR MECCHI MORALES**  
**RELATOR**  
Assinatura Eletrônica



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

Habeas Corpus nº: 2261333-03.2021.8.26.0000

Comarca: Bauru

Impetrantes: Amaury Teixeira e Cleide Camilo Teixeira

Paciente: Tiago Abdias Guimarães

Juíza de primeiro grau: Dra. Carina Lucheta Carrara

**VOTO Nº: 18.856**

**HABEAS CORPUS** – Tráfico de drogas – Pedido de prisão domiciliar rechaçado – Não restou demonstrada a imprescindibilidade do paciente aos cuidados dos filhos menores – Circunstâncias do caso concreto que, de todo modo, impedem a concessão do benefício – Constrangimento ilegal não verificado.

**ORDEM DENEGADA.**

1. Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado pelos advogados Amaury Teixeira e Cleide Camilo Teixeira em favor de **Tiago Abdias Guimarães**, alegando que este sofreria constrangimento ilegal por parte do Juízo de Direito do DEECRIM UR3 – Bauru, que indeferiu o pedido de prisão domiciliar.

Alegam que o paciente tem dois filhos menores – de 5 e 7 anos de idade – pelos quais seria o único responsável, já que sua esposa, Fernanda, teria problemas psicológicos e neurológicos, tanto que se encontra afastada de sua função de gerente no Banco Santander S/A. Ressaltam que **Tiago** ainda não registra condenação definitiva, encontrando-se preso preventivamente, e, segundo certidão expedida pela unidade prisional, apresenta bom comportamento carcerário.

Requerem, portanto, a concessão da prisão domiciliar, com fundamento no art. 318, inciso VI, do Código de Processo Penal (fls. 1/36). Junta os documentos de fls. 37/142.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

A liminar pleiteada foi indeferida (fls. 86/87).

A defesa opôs-se à realização do julgamento virtual (fls. 91).

Dispensadas as informações, a douta Procuradoria de Justiça manifestou-se pelo não conhecimento da impetração, e, caso conhecida, pela denegação da ordem (fls. 93/97).

É o relatório.

2. Ao que se verifica, o paciente encontra-se condenado em primeiro grau às penas de 6 anos, 9 meses e 20 dias de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 680 dias-multa, no piso, como incurso no art. 33, caput, c.c. art. 40, inciso III, da Lei nº 11.343/06, e 3 anos e 6 meses de reclusão, em regime fechado, e ao pagamento de 816 dias-multa, no piso, como incurso no art. 35, caput, da mencionada lei especial (fls. 15/40).

Segundo consta dos autos, o paciente teria se associado aos corréus *Alberto de Souza Nobre* e *Bruno Eduardo da Silva* para o fim de praticarem o comércio ilícito de entorpecentes em Guaratinguetá e outras cidades vizinhas, visando sobretudo jovens de classe média/alta na região.

Apurou-se, ainda, que **Tiago** exerceria o comando do grupo criminoso, utilizando sua residência como sede da associação, de onde emanava ordens aos corréus, para que efetuassem o depósito, separação, acondicionamento, transporte e distribuição dos entorpecentes.

Inicialmente, foram realizadas as prisões de *Alberto* e *Bruno*.

Em 29/08/2019, policiais civis dirigiram-se à residência de *Alberto*, onde, em seu quarto, encontraram 11.792 micropontos de LSD, 18 tijolos de maconha, 10 cigarros da mesma droga, 01 tijolo de cocaína e 01 porção a granel da mesma droga, 10 tablets de haxixe, 1107 comprimidos de ecstasy e mais 03 porções a granel da mesma droga, avaliados em R\$ 650.000,00, além de 02 balanças de precisão, 01 rolo plástico e 01 aparelho celular.

Ato contínuo, munidos de mandados de busca e apreensão, a equipe policial dirigiu-se a dois endereços que pertenciam a *Bruno*. No primeiro imóvel, dentro de um guarda-roupas foram apreendidos 1.715 comprimidos de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
 São Paulo

ecstasy, micropontos de LSD, 04 porções de cocaína, 19 tijolos de maconha e 03 porções de haxixe. Outrossim, dentro do colchão, localizaram mais 1.115 micropontos de LSD, tudo avaliado em R\$ 500.000,00. Além das drogas, os agentes encontraram 03 balanças de precisão, 01 rolo de papel tipo filme, para embalar drogas e 02 celulares utilizados para contatar usuários e comunicar-se com **Tiago**, chefe da associação.

Em seguida, no segundo imóvel, no qual *Bruno* informou residir, foram localizados 48 frascos de lança-perfume, bem como comprovantes de depósitos bancários nos valores de R\$ 785,00 e R\$1.300,00, decorrentes do lucro do comércio espúrio.

Dando continuidade às investigações, a equipe da DISE passou a monitorar as atividades de **Tiago**. Finalmente, em 24 de setembro de 2019, cumpriram mandado de busca e apreensão em sua residência, onde apreenderam diversas embalagens destinadas ao acondicionamento de drogas, com o mesmo logotipo daquelas encontradas em poder de *Alberto* e de *Bruno*, 23 acessórios para embalar haxixe, 01 balança de precisão, 36 adesivos destinados a colar em frascos de lança perfume, 06 aparelhos celulares e 03 cartões bancários, sendo um referente à conta na qual *Alberto* efetuou depósito decorrente do lucro do tráfico.

Diante de tais fatos, em 23 de outubro de 2019, foi decretada a custódia cautelar do paciente, mantida até os dias atuais.

3. Em 09 de setembro de 2021, a MMa. Juíza “a quo” indeferiu o pedido de prisão domiciliar formulado pelo paciente, nos seguintes termos:

*“Infere-se dos autos que o sentenciado está preso desde o mês de setembro de 2019 em razão de ter sido preso pela prática dos crimes de tráfico de drogas e associação ao tráfico, sendo, posteriormente, condenado à pena total de 10 anos, 3 meses e 20 dias de reclusão, em regime fechado (v. Guia de Recolhimento Provisória).*

*Observo que o Código de Processo Penal disciplina a*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
 São Paulo

*prisão domiciliar para presos, sejam provisórios ou condenados. Assim, mostra-se possível a prisão domiciliar para todos os presos, independentemente do regime. Entretanto, em que pesem os argumentos apresentados pela Defesa, entendo que a realidade fática não impõe o acolhimento do pedido, haja vista que o sentenciado está preso desde o mês de setembro de 2019 (aproximadamente dois anos) e seus filhos estão sendo cuidados pela genitora desde tal data, sem notícias nos autos que demonstrem que seus filhos estejam em situação de risco. Assim, não ficou comprovado ser o sentenciado o único responsável pelos cuidados dos filhos. Ademais, o simples fato a genitora das crianças possuir problemas psicológicos/psiquiátricos (fls. 110/111) não autoriza a concessão da prisão domiciliar, pois a previsão insculpida na lei reformadora do art. 318 do Código de Processo Penal, entretanto, não é de caráter puramente objetivo e automático (...) (STJ - RHC 94.263/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018).*

*Outrossim, o sentenciado foi condenado pelos graves crimes de tráfico de drogas e associação ao tráfico (houve a apreensão de grande quantidade de drogas v. r. sentença de fls. 37/62)” (fls. 80).*

Como se vê, diante de tal panorama fático, nenhum reparo merece a r. decisão impugnada.

Em primeiro lugar, não restou comprovado que a genitora dos infantes, embora apresente problemas psiquiátricos (fls. 78/79), não tenha condições de prover os cuidados de que os menores necessitam, mesmo porque ela assim o tem feito desde 2019, quando o paciente foi preso, não havendo notícia de que ela não esteja recebendo ajuda de terceiros desde a prisão do paciente.

Embora não tenham sido apreendidos narcóticos na residência de **Tiago**, foram localizados diversos petrechos para preparar e embalar as drogas, tais como acessórios para embalar haxixe, balança de precisão, adesivos destinados a colar em frascos de lança perfume, 06 aparelhos celulares – utilizados para dificultar a interceptação dos contatos telefônicos realizados com os corréus – e 03



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
 São Paulo

cartões bancários, a evidenciar que a mercancia ilícita vinha sendo praticada de forma habitual e em larga escala.

Vê-se, portanto, que sua conduta se reveste de intensa gravidade, já que, ao que tudo indica, ele era o **chefe** da associação criminosa, responsável por comandar grupo responsável pela distribuição de grande quantidade de drogas sintéticas na região dos fatos, circunstância a impedir a excepcional concessão do benefício pleiteado.

A propósito sobre o tema, já decidiu o Superior Tribunal de Justiça:

*"Embora todo pai seja indispensável à criação de seus filhos, o benefício previsto no art. 318, inciso IV, do CPP não possuiu aplicação automática, sendo necessário que o homem comprove ser o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos, o que não restou evidenciado, conforme consignou o acórdão recorrido" (Habeas Corpus n. 492.141/SP, rel. Min. Laurita Vaz, Sexta Turma, j. 11/4/2019).*

*“HABEAS CORPUS. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. GRANDE QUANTIDADE DA DROGA APREENDIDA. TENTATIVA DE FUGA NO MOMENTO DO FLAGRANTE. MODUS OPERANDI. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. PRISÃO DOMICILIAR. FILHO MENOR DE 12 ANOS. DEMONSTRAÇÃO DE SER O PACIENTE O ÚNICO RESPONSÁVEL PELA CRIANÇA. AUSÊNCIA. INEVIDÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.*

*utilização de arma de fogo contra os policiais que deram voz de prisão aos envolvidos; e a tentativa de fuga).*

*3. Não demonstrada a imprescindibilidade de permanência do paciente em domicílio para cuidar de seu filho menor de 12*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
 São Paulo

*anos de idade, bem como que inexistia qualquer pessoa da família capaz de cuidar do menor, inviável a concessão da prisão domiciliar com base no art. 318, VI, do Código de Processo Penal.*

*4. Presentes os requisitos da prisão preventiva, incabível a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.*

*5. Ordem denegada.* (Habeas Corpus n. 410110/MT, rel. Min. Sebastião Reis Junior, Sexta Turma, j, 21/11/2017).

Nesse sentido, precedentes deste Egrégio Tribunal de Justiça:

*“Habeas corpus. Roubo majorado. Pleito de revogação da prisão cautelar. 'Fumus comissi delicti' e 'periculum libertatis' demonstrados. Necessidade de garantia à ordem pública. Pleito de concessão da prisão domiciliar em razão da condição de pai de criança e com fundamento na pandemia de COVID-19. Indispensabilidade para o cuidado dos filhos não comprovada e medidas de contenção da pandemia observadas nos estabelecimentos prisionais. Ordem denegada”* (Habeas Corpus n. 2095401-60.2021.8.26.0000, rel. Des. Luiz Fernando Vaggione, 2ª Câmara de Direito Criminal, j. 30/05/2021).

*“HABEAS CORPUS – Roubo - Prisão preventiva - Inteligência dos artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal - Requisitos objetivos e subjetivos verificados - Decisão do Juízo fundamentada - Liberdade provisória incabível - Pleito de conversão de prisão em prisão domiciliar - Paciente com filho menor - Decisão proferida pelo C. STF no Habeas Corpus (HC 165704 HC 165704/DF, rel. Min. Gilmar Mendes, julgamento em 20.10.2020) coletivo para determinar a substituição da prisão cautelar por domiciliar dos pais e responsáveis por*





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
 São Paulo

*crianças menores de 12 anos e pessoas com deficiência, desde que cumpridos os requisitos previstos no artigo 318 do Código de Processo Penal (CPP) e outras condicionantes - Caso concreto que deveras se insere nas “situações excepcionalíssimas” previstas no Habeas Corpus Coletivo nº 143.641/SP do C. STF – ORDEM DENEGADA.*

*(...) Quanto ao pleito de prisão domiciliar, razão não assiste ao impetrante, pois apesar das certidões de nascimento exibidas a comprovar a paternidade e a menoridade das crianças (fls. 20/21) não restou minimamente comprovado que seja o único responsável pelo cuidado conferido aos filhos. Na verdade, do que se depreende, as crianças encontram-se sob a responsabilidade da avó, restando por obvio se concluir, que não é o único a suprir as necessidades econômicas de todos, demonstrando que a situação dele não se amolda ao disposto no art. 318, inc. V I, do C PP. Destarte, em caso como o presente, é necessária cautela nesta fase preambular, pois a concessão de prisão domiciliar poderia representar benesse manifestamente indevida, premiando pessoa que, sem revelar nenhuma preocupação com a prole, insiste na vida criminosa.”* (Habeas Corpus n. 2082539-57.2021.8.26.0000, rel. Des. Fátima Gomes, 9ª Câmara de Direito Criminal, j. 28/05/2021).

4. De rigor, portanto, a manutenção da custódia cautelar, resultando inviável, por desdobramento lógico, sua substituição por uma das medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

5. Pelo meu voto **denega-se a ordem.**

**CESAR MECCHI MORALES**  
**Relator**